

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.074 - RJ (2018/0217738-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : YEDA MARQUES DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : RICARDO FREIRE MOLINARO E OUTRO(S) - RJ054633  
TAMY LIMA PINHEIRO DE ALMEIDA - RJ116398  
RENATO COELHO SAMPAIO - RJ075861  
**RECORRIDO** : MUNICIPIO DE NITEROI  
**PROCURADORES** : DENIZE GALVÃO MENEZES SAMPAIO DE ALMEIDA -  
RJ167569  
MARIA CECILIA N MAURO DE ALMEIDA E OUTRO(S)  
**INTERES.** : GUSTAVO BOTELHO DE ARRUDA LOPES  
**INTERES.** : ROGERIA DE OLIVEIRA MACHADO CARDOSO  
**INTERES.** : JOAQUIM GONCALVES CARDOSO NETO

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO E SOBRE O QUAL SE ALEGA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inc. III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJRJ assim ementado (fl. 73):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. FASE EXPROPRIATÓRIA. CONCORRÊNCIA DE CRÉDITOS SOBRE O PRODUTO DO BEM OBJETO DA EXECUÇÃO. PENDÊNCIA DE DÉBITO FISCAL. SATISFAÇÃO DO CREDOR LOCATÍCIO, EM DETRIMENTO DO ENTE MUNICIPAL. NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE CONCURSO, COM OBSERVÂNCIA DA ORDEM DE PRELAÇÕES. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SOBRE TODOS OS DEMAIS, EXCETUADOS OS TRABALHISTAS E DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO (ART. 186, DO CTN). QUESTÃO PACIFICADA NA JURISPRUDÊNCIA. INCIDÊNCIA DO VERBETE N 276, DA SÚMULA DESTES TRIBUNAL. SUB- ROGAÇÃO DO CRÉDITO FISCAL NO PRODUTO DA ARREMATAÇÃO, NA FORMA DO ART. 130, DO CTN. RESERVA DO CRÉDITO DE TITULARIDADE DO MUNICÍPIO. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

Embargos de declaração rejeitados.

A recorrente relata o caso nos seguintes termos: a) propôs ação de execução em face de Rogéria e Joaquim, para satisfação de crédito advindo de aluguéis e encargos inadimplidos, no valor, à época da arrematação, de R\$206.300,11, a qual culminou na penhora de imóvel dos executados; b) no edital que deu publicidade às datas da 1ª e da 2ª

praças constou a informação de que o arrematante arcaria com os débitos de IPTU, condomínio e taxa de inocência do imóvel arrematado caso o crédito da recorrente não fosse satisfeito, informação esta que também constou do auto de arrematação subscrito pelo próprio arrematante; c) o imóvel foi arrematado por R\$185.000,00, ou seja, por valor inferior ao crédito da recorrente, o qual não restou, portanto, integralmente satisfeito; d) o arrematante solicitou judicialmente a reserva de crédito em seu favor do valor arrecadado pela exequente para pagamento dos débitos do imóvel (IPTU e taxas), o que foi indeferido, sobrevindo a interposição do agravo de instrumento 0059648-81.2015.8.19.0000, que teve como objeto a mesma matéria do agravo de cujo acórdão se recorre nestes autos e, cujo seguimento foi negado; e) ao ser dado provimento ao agravo destes autos, deixou de ser observada a coisa julgada e a prevenção do desembargador relator do primeiro agravo; f) o art. 505 do CPC/2015 disciplina que nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo duas hipóteses incorrentes na hipótese *sub examine*; g) o acórdão atual substituiu o acórdão proferido no agravo de instrumento 0059648-81.2015.8.19.0000, na forma do art. 1008 do CPC/2015; h) também insatisfeito com a decisão acima citada, o Município de Niterói, ora recorrido, para a quitação do débito existente de IPTU, solicitou ao Juízo da Execução, a reserva de crédito em seu favor, do valor arrecadado pela ora recorrente por ocasião da arrematação em hasta pública do imóvel dos executados, que serviu para satisfação de apenas parte do crédito exequendo, e o que, mais uma vez, foi corretamente negado pelo juízo da 7ª Vara Cível de Niterói, e o que culminou no acórdão do qual ora se recorre; i) em que pese o agravo do Município de Niterói ter como fundamento o parágrafo único do art. 130 do CTN, o qual dispõe que os créditos tributários se sub-rogam do produto da arrematação, há que se observar que tanto o auto de arrematação de fls. 342 da execução, assim como a informação prestada pelo leiloeiro no momento da praça que culminou na arrematação, deixaram claro ao arrematante que o imóvel penhorado seria vendido livre de débitos de IPTU, condomínio e taxas, de acordo com o art. 130 do CTN, desde que o produto da venda satisfizesse integralmente o crédito da autora, caso contrário o arrematante arcaria com os mesmos; j) a decisão objeto do agravo de cuja decisão ora se recorre não merecia qualquer reparo, eis que está devidamente amparada pela lei e pela jurisprudência uníssona de nossos tribunais, incluindo Superior Tribunal de Justiça, que já decidiu ser de responsabilidade do arrematante o pagamento de débitos condominiais e tributários existentes sobre imóvel arrematado que foram expressamente mencionados no edital de praça; k) os tributos incidentes sobre o imóvel se qualificam como obrigação *propter rem*, pois decorrem diretamente do direito de propriedade, ou seja, acompanham o bem, a obrigação deve ser garantida pelo próprio imóvel que deu origem à dívida; l) conforme comprova o RGI do imóvel arrematado retirado um pouco antes da arrematação, ou seja em 17.01.2014, não havia qualquer penhora em favor do Município de Niterói, referente aos débitos de IPTU do imóvel levado à hasta pública; m) é incontestável que o arrematante sempre teve ciência de que o valor pago pelo imóvel jamais cobriria o crédito exequendo, de modo que não há que se falar na sub-rogação prevista no art. 130 do CTN para o caso em tela; n) cabe ao Município ora recorrido perseguir o seu crédito, através de ação própria, contra o novo proprietário do imóvel devedor, ou seja, contra o arrematante.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 251-253.

É o relatório. Passo a decidir.

No caso dos autos, a recorrente não individualizou qual dispositivo de lei federal

ou tratado se apresenta malferido. De fato, revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a expor alegações genéricas e não indica qual dispositivo de lei federal ou tratado foi contrariado pelo acórdão recorrido, situação que se evidencia nos autos e impede o conhecimento do recurso.

Da mesma forma, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, configura deficiência na fundamentação recursal a impedir o conhecimento do apelo nobre interposto com fundamento na alínea “c” do art. 105, inc. III, da Constituição Federal.

Aplica-se à hipótese, destarte, a Súmula 284/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

